



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/TO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 08297.003487/2022-20

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O presente documento visa levantar os elementos essenciais e analisar a viabilidade, bem como apontar a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades, apresentada por intermédio do Documento de Formalização da Demanda nº 24417725 , de acordo com as diretrizes traçadas no artigo 24, da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP e demais normas aplicáveis.

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objetivo do presente processo é a construção do muro para cercar os terrenos, recém doados, que abrigarão a sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS. O muro tem por finalidade fechar a área já que, atualmente, vem sendo destino de descarte irregular de entulhos. Juntamente ao muro, será executado um poço artesiano para fornecimento de água durante a execução do muro e futuramente para paisagismo e limpeza de toda a Superintendência

2.2. A área é composta por 2 terrenos. As doações de ambos os terrenos foram concluídas e estão formalizadas nos processos 08297.003827/2018-36 e 08297.005647/2018-99.

2.3. Ainda, a demanda foi submetida à análise da DLOG, tendo sido recebido sugestão de aprovação e prosseguimento no Despacho DLOG/PF 24388553 e aprovado no Despacho SR/PF/TO 24405388.

2.4. A necessidade da contratação encontra-se formalizada no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 24417725).

3. **DA LEGISLAÇÃO**

Id	Tipo	Descrição
1	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	Artigo 23, Inciso I.
2	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o

		regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional
3	<u>LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021</u>	Lei de Licitações e Contratos Administrativos

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação dos serviços tem por objetivo:

4.1.1. Construção do muro e gradil para cercar os terrenos que abrigarão a sede da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS, com extensão de 916,74 metros linear, 2,70 metros de altura totalizando 2.475,20 m² de obra vista em corte (lateralmente);

4.1.2. Execução de poço artesiano para fornecimento de água durante a execução do muro e uso futuro para irrigação e limpeza da Superintendência.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

5.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

5.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

5.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

5.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato de contrato, conforme exposto a seguir:

5.6. **Design-Bid-Build (DBB)**

5.6.1. De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o start-up e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

5.6.2. O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e Termo de Referência; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.

5.6.3. É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço.

5.6.4. As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

5.7. **Design-Build (DB)**

5.7.2. Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.

5.7.3. Cabe ao proprietário do empreendimento definir o Termo de Referência, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.

5.7.4. Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

5.7.5. Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos.

5.7.6. **Engineer-at-Risk (EAR)**

5.7.7. A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

5.7.8. As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - Termo de Referência, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

5.8. **Design-Build-Operate (DBO)**

5.8.2. Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

5.8.3. O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

5.8.4. A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

5.8.5. As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

5.9. **Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

5.9.2. Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

5.9.3. O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor

do BOOT.

5.9.4. As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

5.10. **Engineering, Procurement, Construction (EPC)**

5.10.2. Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

5.10.3. Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

5.10.4. Segundo Wade (2005), para a Fédération International e des Ingénieurs Conseils (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (turnkey);
- o contrato é do tipo preço global

5.10.10. Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

5.10.11. Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

- apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do Termo de Referência e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;
- as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

5.11. Pelo exposto e devido ao fato em questão, a modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é DESIGN-BUILD, uma vez que a contratada possui uma visão definida do objeto a ser alcançado bem como os itens e quantidades previamente estabelecidos.

5.12. Foram definidos os parâmetros de construção, detalhamentos gerais, delimitação de serviços, levantamento de itens, planilhas orçamentárias, projetos iniciais e executivos. Logo, cabe a contratada a elaboração dos projetos arquitetônico, fundação e estrutural com base nos projetos previamente estabelecidos no Anexo VI - PROJETO INICIAL e a construção do objeto conforme projetos iniciais e projetos elaborados.

5.13. O início da construção ocorrerá de maneira concomitante com a elaboração dos projetos, uma vez que os projetos iniciais apresentam detalhamento suficiente para execução de maior parcela do objeto.

5.14. Desse modo, em relação aos aspectos técnicos de engenharia, salvo melhor juízo dos aspectos de legalidade e contratações, entende-se que a característica finalística do procedimento de licitação, selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público, será atingida através da contratação em tela.

5.16. **Sendo necessário a análise jurídica conforme a possibilidade de realização deste trâmite, além da aprovação do Ordenador de Despesas.**

6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. A solução apontada pelo presente estudo visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de construir o muro no entorno dos terrenos da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS;

6.2. As informações dispostas neste estudo e eventuais complementações da caracterização do objeto no Termo de Referência, são os parâmetros necessários para a fase de seleção e gestão contratual, no intuito de garantir a contratação de empresa que venha a atender à necessidade e produzir os resultados pretendidos.

6.3. A contratação do serviço será através de Concorrência regida pelo Artigo 06 Inciso XXXVIII menor preço da Lei nº 14.133, de 01 abril de 2021, pela Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável.

7. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. As quantidades estão definidas no Anexo III - Planilha Orçamentária e Anexo VI - Projeto Executivo.

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A estimativa de quantitativo e valores foi obtida mediante tabela SINAPI e, quando não previsto nessa referência, com levantamento de preços do mercado através de cotações e outras bases de preços como ORSE, conforme planilha orçamentária e relatório de cotações, perfazendo o montante de **R\$ 1.512.146,00 (um milhão, quinhentos e doze mil, cento e quarenta e seis reais).**

9. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

9.1. Em regra, conforme art. 47, II, da Lei nº 14.133/21 as licitações de serviços atenderão aos princípios o parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado, uma vez que as etapas construtivas se inter-relacionam.

9.3. Não foi adotado o parcelamento, uma vez que o objeto em questão é a construção de um muro, item que deve ser construído de forma contínua e uniforme, em que uma etapa deve seguir imediatamente a próxima e seu parcelamento pode prejudicar sua qualidade construtiva, bem como dificultar a aferição da responsabilidade estrutural do objeto.

10. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. **ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

11.1. A demanda está contemplada no PLANO B 2023 sob a codificação TO-2023-02.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisa ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;

12.2. Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;

12.3. O contrato a ser firmado visa atender às necessidades futuras do órgão no que se refere à disponibilidade do terreno sem interferências para a execução da edificação no ano de 2023, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Tocantins.

12.4. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim resguardar seu terreno de possíveis invasores e do descarte irregular de entulhos

13. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1. Composição de equipe para fiscalização e gestão contratual, após a finalização da licitação.

14. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**

14.1. As empresas deverão atender, em especial, as normas de sustentabilidade previstas na Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10936/2022 e pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além de outras específicas ao serviço prestado.

14.2. Tendo em vista a necessária adaptação do imóvel, é necessário que a empresa contratada, ao executar as obras, se atentem as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

c) observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

f) realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022.

g) respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

h) preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

i) para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

14.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam as classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros)

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.4. A comprovação dos itens de sustentabilidade dar-se-á através de comprovação de Notas Fiscais, Cartilhas Técnicas ou aferição *in loco* dos itens aplicados.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para a manutenção do terreno da Polícia Federal. Isso possibilitará a construção de uma nova sede, e assim um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

16. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Responsável pela Demanda	HENRIQUE BATISTA MORBECK
Membro Equipe de Planejamento da Contratação	HENRIQUE BATISTA MORBECK
	ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA

	JUXSON ALVES PEREIRA JÚNIOR
Integrante Administrativo	VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA

(Assinado Eletronicamente)
VITOR GABRIEL GONÇALVES DA SILVA
Agente de Polícia Federal
GESCON/SELOG/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
HENRIQUE BATISTA MORBECK
Agente de Policial Federal
GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
ANDRÉ RIBEIRO DE ALMEIDA
Perito Criminal Federal
GTED/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
JUXSON ALVES PEREIRA JÚNIOR
Agente de Polícia Federal
GTED/SR/PF/TO



Documento assinado eletronicamente por **VITOR GABRIEL GONCALVES DA SILVA**, **Gestor de Contrato**, em 09/11/2023, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE BATISTA MORBECK**, **Agente de Polícia Federal**, em 08/11/2023, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RIBEIRO DE ALMEIDA**, **Perito(a) Criminal Federal**, em 09/11/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32220919&crc=9D33946E.

Código verificador: **32220919** e Código CRC: **9D33946E**.